



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ROLIM DE MOURA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO



PLANO DE ENSINO DA DISCIPLINA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CURSO Licenciatura em Educação do Campo – Habilitação em Ciências Humanas e Sociais

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo foi aprovado pela Resolução 339/CONSEA, de junho de 2014, retificada pela Resolução 341/CONSEA, de 24 de julho de 2014, sendo autorizado pela portaria do Ministério da Educação nº 646 de 30 de outubro de 2014, publicada no Diário Oficial da União no dia 03 de novembro de 2014. Ampara-se na Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008, que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo e na Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015, do CNE/MEC, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior.

Disciplina/Unidade Curricular	Código	Habilitação	Período	Turma
EDUCAÇÃO ESPECIAL	DAE00504	Ciências da Natureza E Ciências Humana e Sociais	2019/2	III
Carga Horária Tempo Universidade	Carga Horária Tempo Comunidade	Carga Horária Total	Pré-Requisito	
50	30	80	Não há	
Turma III – 2019/2 - Ciências da Natureza E Ciências Humana e Sociais				
Docente/Titulação	Prof. Me. Marcelo Ranzula da Silva			
E-mail	marcelo.ranzula@unir.br			
Link no Lattes	http://lattes.cnpq.br/9331426229095960			

OBJETIVOS

- 1) Identificar os aspectos históricos referentes à evolução do conceito de deficiência e inclusão;
- 2) Caracterizar as pessoas consideradas portadoras de Necessidades Educativas Especiais;
- 3) Interagir com pessoas diferentes em diversos âmbitos da sociedade (Social, Educacional, lazer, trabalho);
- 4) Conhecer as principais leis referentes à educação inclusiva no Brasil;
- 5) Reconhecer atitudes de estigmatização, mitos e preconceitos em torno da pessoa com Deficiência.

EMENTA

Aspectos históricos da educação Especial; Princípios filosóficos da Educação Especial; Políticas públicas da educação Especial no Brasil; Paradigmas educacionais da educação Especial; O desenvolvimento das crianças portadoras de necessidades educacionais especiais; Práticas pedagógicas na Educação Especial; Adaptações curriculares.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS ESSENCIAIS	
UNIDADE	CONTEÚDOS
UNIDADE 1:	A Pessoa com deficiência e a política de Educação inclusiva no Brasil 1. Conhecendo o que é deficiência 2. Aspectos históricos da educação inclusiva 3. Legislação Específica 4. Acessibilidade nos estabelecimentos de Ensino
UNIDADE 2:	Adaptações curriculares e recursos pedagógicos adaptados 1. Adaptação curricular 2. Recursos pedagógicos adaptados 3. Sistema de tutorias 4. Tecnologias assistidas.
UNIDADE 3:	Conhecendo os alunos com Necessidades Educacionais especiais 1. Caracterizando o aluno cego e com baixa visão; 2. Caracterizando o aluno com surdez e/ou deficiência auditiva. 3. Deficiência Física; 4. Paralisia cerebral; 5. Deficiência Intelectual; 6. Síndrome de Down; 7. Condutas típicas: Autismo e outras síndromes. 8. Caracterizando os alunos talentosos;
UNIDADE 4:	Atendimento aos alunos com deficiência em sala de aula regular 1. Conhecendo e praticando o sistema Braille. 2. Principais abordagens de ensino: oralismo, bilinguismo; 3. Adaptações e Intervenções pedagógicas; 4. LIBRAS. 5. Ajustes posturais; 6. Sistemas de apoio: aceleração e enriquecimento curricular.

METODOLOGIA
<p>Aulas expositivas.</p> <p>Exposição de filmes que tratam sobre pessoas com deficiência seguida de exposição oral de profissionais da área convidados.</p> <p>Leitura de livros da área.</p> <p>Observação participante em escolas, sala de aula e outros espaços que atendem pessoas com deficiência. Apresentação de Seminário.</p>



RECURSOS E MATERIAIS

Quadro branco, pinceis, apagador, computador, data show, papel sulfite, textos, além de outros materiais pedagógicos que se façam necessários no decorrer do semestre.

Avaliação

Será considerado aprovado o discente que obtiver aproveitamento igual ou superior a 60(sessenta), conforme Resolução 251/CONSEPE, de 27 de novembro de 1997.

Avaliação Repositiva

De acordo com a Resolução 251/CONSEPE, de 27 de novembro de 1997, o discente que obtiver média final inferior a 60(sessenta) terá direito a uma avaliação repositiva. A avaliação repositiva será expressa em números inteiros com valor de 0 (zero) a 100 (cem), substituindo a menor nota obtida durante o período letivo. Considerar-se-á aprovado, após a avaliação repositiva, o discente que obtiver média igual ou superior a 60 (sessenta).

Segunda Chamada

De acordo com a Resolução 251/CONSEPE, de 27 de novembro de 1997, será concedida segunda chamada aos discentes que faltarem à avaliação, nos casos amparados por lei ou por força maior, aprovado pelo Colegiado de Curso. Todas as situações deverão ser encaminhadas ao Departamento de Educação do Campo pelo discente interessado. O prazo para solicitação de segunda chamada da avaliação será de cinco dias úteis, a partir do dia seguinte da sua aplicação. Cabe ao estudante se informar junto aos colegas sobre as atividades que foram realizadas na aula em que se ausentou e as que serão cobradas nas aulas seguintes.

* O cronograma, as atividades e os conteúdos estão sujeitos a mudanças, adequações e adaptações, de acordo com o desenvolvimento do plano de curso e as necessidades do Curso/Departamento.

REFERÊNCIAS

Referências básicas

COLL, C. MARCHESI, A. PALÁCIOS, J. (orgs.) Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

GLAT, R. & FERNANDES, E. M. Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da Educação Especial brasileira. Revista Inclusão: MEC / SEESP, vol. 1, nº 1, 2005, p. 35-39.

MACHADO, A. M. Crianças de classe especial: efeitos do encontro entre saúde e educação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

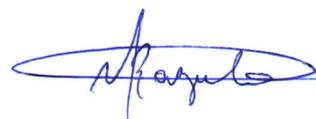
MAZZOTTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PADILHA, A. M. L. Práticas pedagógicas na educação especial: a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

SASSAKI, R. S. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SKLIAR, C. Educação & Exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Editora Mediação, 1997.

Referências Complementares:



AMARAL, L. A. Conhecendo a deficiência (em companhia de Hércules). São Paulo: Robe Editorial, 1995.

AQUINO, J. G. (org.). Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998.

BRASIL. Declaração de Salamanca sobre princípios, política e prática em Educação Especial. Secretária de Educação Especial. Disponível em: portal.mec.gov.br/seesp. Acessado em 25 de fevereiro de 2008.

FRELLER, C. C. Crianças portadoras de queixa escolar: reflexões sobre o atendimento psicológico. In: MACHADO, A. M. SOUZA, M. P. R. de. Psicologia escolar: em busca de novos rumos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

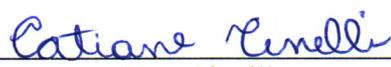
GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

KASSAR, M. C. Ciência e senso comum no cotidiano das Classes especiais. Campinas: Papyrus, 1995.

PADILHA, A. M. L. Possibilidades de histórias do contrário: ou como desencaminhar o aluno da classe especial. São Paulo: Plexus, 1997. RIBAS, J. B. C. O que são pessoas deficientes? São Paulo: Brasiliense, 1989.

SANTOS, J. B. A dialética da "inclusão/exclusão" na história da educação de alunos com deficiência. Educação e contemporaneidade, Salvador, v. 11. n. 17, 2002. p.27-44.

SILVA, T. T. da. (org.) Nunca fomos humanos. Nos rastros do sujeito. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

DATA DE ENTREGA	Recebido Chefe de Departamento
Rolim de Moura - RO, <u>19 de setembro</u> 2019  (Professor)	Rolim de Moura - RO, <u>19/09/19</u>  Catiane Cinelli Chefe de Departamento de Educação do Campo Universidade Federal de Rondônia Campus Rolim de Moura

APROVAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO	
Plano de Ensino aprovado em ___/___/___, conforme registro na ata N° _____/CONDEP	_____ Assinatura do Presidente do Conselho de Departamento